

Educação: Falta de planeamento compromete desenvolvimento do país*

Por Eugénio Rosa**

RESUMO

A educação é um factor determinante quer do desenvolvimento de um país, quer do nível de rendimento das famílias. Segundo o INE, em 2006, a remuneração média de um trabalhador com o ensino básico era apenas de 565€; com o ensino secundário 758€ (+34%) e com o ensino superior 1.355€ (+140%). Portugal, para além do problema do baixo nível de escolaridade (cerca de 71% da população empregada possui apenas o ensino básico ou menos), tem também um problema de inadequação das saídas quer do ensino secundário quer do ensino superior às necessidades de desenvolvimento do País, problema este que é normalmente esquecido.

A falta de adequação das saídas tanto do ensino secundário como do ensino superior às necessidades de desenvolvimento do País, que resulta da ausência total de qualquer planeamento nesta área fundamental, e da “fé” na actuação do mercado, está a determinar custos elevados para o País, para as famílias e para os próprios afectados, e desemprego e atraso para Portugal.

A percentagem de alunos inscritos em Portugal no ensino secundário profissional é significativamente inferior à dos países da União Europeia. Em 2005, era de apenas 10,5% no nosso País, enquanto a média na União Europeia atingia 56%, ou seja, 5,3 vezes mais. No ano lectivo de 2006/2007, portanto um ano muito recente, a situação não se tinha alterado muito pois a percentagem de alunos inscritos no ensino secundário profissional era apenas 13,3%, o que correspondia praticamente a metade da registada no nosso País em 1998, que foi de 25,5%.

E não se pense que a reduzida importância do secundário profissional é compensada por uma elevada participação de adultos em formação e educação. A participação anual de adultos em acções de formação e de educação em Portugal continua a ser muito inferior à media da União Europeia (menos de 2,5 vezes), e tem diminuído com o actual governo pois, de acordo com o Eurostat., entre 2004 e 2006, baixou de 4,3% para apenas 3,8%

O ensino superior tecnológico, e aqui incluímos nomeadamente as áreas de engenharia e informática, fundamental para alcançar taxas de crescimento económico elevadas, continua a ter em Portugal uma reduzida importância. Entre 2000 e 2006, licenciaram-se em Portugal 404.268 portugueses. No entanto, deste total, apenas 9% (36.185) foram nas áreas de engenharia e informática. Os licenciados em ciências físicas e matemáticas foram muito menos, pois representaram somente 2,9% do total (11.778). Os licenciados, associados actualmente a maior desemprego, como são os das Ciências da Educação, Artes, Humanidades, Sociologia, Psicologia, Jornalismo e Direito representaram cerca de 40% de todos os licenciados que saíram das Universidades neste período, ou seja, atingiram 161.201.

Apesar da percentagem da população empregada portuguesa com o ensino superior (cerca de 14% no fim de 2007) ser inferior a menos de metade da media europeia, as consequências negativas da distorção que se verifica na saída de licenciados das

Homens	29,6%	29,1%	8,1%	32,7%	32,9%	10,2%	10,4%	12,5%
Mulheres	21,6%	21,2%	6,0%	24,3%	24,9%	7,5%	8,0%	8,7%
Média	25,6%	25,2%	7,1%	28,5%	28,9%	8,9%	9,2%	10,6%
DIFERENÇA:EU-PT	29pp	34pp	48pp	27pp	28,8pp	46,9pp	46,7pp	45pp

FONTE: Eurostat

A percentagem de alunos inscritos no ensino secundário profissional é, em Portugal, significativamente inferior à verificada nos países da União Europeia. A percentagem no nosso País, no ano de 2005, é 2,5 vezes inferior à de 1998. E, em 2005, último ano de que se dispõem dados do Eurostat, a percentagem portuguesa (10,5%) era 5,3 vezes inferior à média dos países da União Europeia (56%)

Por outro lado, o fosso entre Portugal e a União Europeia aumentou significativamente nos últimos anos pois, entre 1998 e 2005, passou de 29 pontos percentuais para 45 pontos percentuais como mostram também os dados do quadro anterior.

A SITUAÇÃO A NIVEL DO SECUNDÁRIO PROFISSIONAL NÃO MEHOROU NO ANO LECTIVO 2006/2007

O quadro seguinte, construído com dados do Ministério da Educação, revela que a situação, neste campo, não melhorou no ano lectivo 2006/2007.

QUADRO II – Alunos inscrito no ensino secundário no ano 2006-2007 por áreas

SECUNDÁRIO	2006-2007	
	Alunos	% TOTAL
REGULAR	239.223	67,1%
Científicos Humanísticos	182.780	51,3%
Cursos Gerais (12 ^º)	13.767	3,9%
Cursos Tecnológicos (*)	40.320	11,3%
Cursos Tecnológicos (12 ^º)	2.356	0,7%
Artístico	2.256	0,6%
PROFISSIONAL	47.460	13,3%
CEF	5.083	1,4%
Recorrente	62.564	17,5%
TOTAL	356.586	100,0%

(*) Portaria 550-A/2004

FONTE: Portugal: Recenseamento Escolar-2006/07-GIASE-ME

No ano lectivo 2006/2007, apenas 13,3% dos alunos do ensino secundário estavam inscritos em cursos profissionais, o que revela uma clara subvalorização deste tipo de ensino em Portugal, que não acontece nos países mais desenvolvidos da União Europeia.

A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DE ADULTOS NÃO SUBSTITUI NEM COMPENSA A REDUZIDA IMPORTÂNCIA DO SECUNDÁRIO PROFISSIONAL EM PORTUGAL

E não se pense que reduzida importância do secundário profissional é compensada por uma elevada participação de adultos em acções de formação profissional e de

educação. Por um lado, o secundário profissional não é substituível pelos cursos de formação profissional e, por outro lado, continua-se a registar em Portugal uma reduzida participação de adultos nas acções de formação como mostram os dados do Eurostat constante do quadro seguinte.

QUADRO III – Participação de adultos em acções de formação ou educação no período 2000-2006

PAÍSES	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
UE27	7,1%	7,1%	7,2%	8,5%	9,3%	9,7%	9,6%
UE15	8,0%	8,0%	8,1%	9,8%	10,7%	11,2%	11,1%
PORTUGAL	3,4%	3,3%	2,9%	3,2%	4,3%	4,1%	3,8%

FONTE: Eurostat – 2008

A participação anual de adultos (25-64 anos) em acções de formação e educação em Portugal é cerca de 2,5 inferior à media da União Europeia. E a percentagem de participações até diminuiu durante os dois anos de governo de Sócrates de que se têm dados disponibilizados pelo Eurostat pois, entre 2004 e 2006, baixou de 4,3% para apenas 3,8%.

APENAS 9% DOS LICENCIADOS QUE SAIEM DAS UNIVERSIDADES PORTUGUESEAS SÃO DAS ÁREAS DE INFORMÁTICA E ENGENHARIA

O ensino superior tecnológico, e aqui incluímos nomeadamente as áreas de engenharia e informática, fundamentais para alcançar elevadas taxas de crescimento económico, continua a ter em Portugal uma reduzida importância, como mostram os dados do quadro seguinte.

QUADRO IV – Licenciados das Universidades Portuguesas no período 2000 a 2006

AREA DE ESTUDO	2000/2001 a 2005/2006	2000/01- 2005/06 %TOTAL	2005/ 2006	2005/06 % TOTAL
Ciências Educação (professores) +Artes +Humanidades+Sociologia e Psicologia + +Jornalismo+Direito	161.201	39,9%	25.462	35,4%
Ciências Empresarias	62.990	15,6%	10.531	14,7%
Ciências da Vida + Saúde	67.921	16,8%	14.423	20,1%
Ciências Físicas+Matemática + Estatística	11.778	2,9%	1.950	2,7%
Informática	6.421	1,6%	1.114	1,6%
Engenharia e Técnicas afins	29.764	7,4%	5.473	7,6%
Outras áreas	64.193	15,9%	12.875	17,9%
TOTAL	404.268	100,0%	71.828	100,0%

FONTE: Anuário Estatístico de Portugal - INE- 2006

Entre 2000 e 2006, licenciaram-se em Portugal 404.268 portugueses. No entanto, deste total, apenas 9% (36.185) foram nas áreas de engenharia e informática. Os licenciados em ciências físicas e matemáticas representaram somente 2,9% do total (11.778). Os licenciados associados actualmente a maior desemprego, como são os das Ciências da Educação, Artes, Humanidades, Sociologia, Psicologia, Jornalismo e

Direito é que tiveram maior importância, pois representaram cerca de 40% de todos os licenciados que saíram das Universidades neste período (161.201).

E a situação não se está a alterar muito rapidamente, como provam os dados de licenciados no ano lectivo 2005-2006, em que apenas 9,2% eram das áreas de engenharias e informáticas, continuando os das áreas de Ciências da Educação, Artes, Jornalismo, Sociologia, Psicologia e Direito a representar a maioria, com 35,4% de todos os licenciados.

EMPREGO DE ESCOLARIDADE MAIS ELEVADA TEM DIMINUIDO DURANTE O GOVERNO DE SÓCRATES E O DESEMPREGO DE LICENCIADOS DISPAROU

Apesar da percentagem da população empregada portuguesa com o ensino superior (apenas 14% no fim de 2007) ser inferior a metade da média europeia, as consequências negativas da distorção na saída de licenciados das Universidades portuguesas é ainda agravada pelo facto da economia portuguesa não estar a criar empregos suficientes de nível escolaridade elevada para absorver aquele número insuficiente número de licenciados; muito pelo contrário, durante o governo de Sócrates até verificou uma redução do número de empregos que exigem maior escolaridade e maior qualificação, como mostram os dados do INE constantes do quadro seguinte.

QUADRO V – Variação do número de empregos em Portugal que exigem escolaridade e qualificação elevada entre o 4º Trimestre de 2001 e 4º Trimestre de 2007

GRUPOS PROFISSIONAIS	4ºTrim. 2001	4º Trim. 2004	4º Trim. 2007	4Tº2004 -	4ºT2007 -
	MILHARES				
Quadros superiores e dirigentes Ad.Pub e empresas	360,3	453,5	311,9	+ 93,2	-141,6
Especialistas das profissões intelectuais e científicas	363,1	446,7	448,1	+ 83,6	+ 1,4
Técnicos e profissionais de nível intermédio	372,8	422,7	466,3	+ 49,9	+ 43,6
QUALIFICAÇÃO E ESCOLARIDADE ELEVADA	1.096,2	1.322,9	1.226,3	+ 226,7	-96,6
QUALIFICAÇÃO E ESCOLARIDADE MÉDIA (Administrativos, pessoal de serviços e vendedores)	1.202,8	1.205,0	1.247,6	+ 2,2	+ 42,6
QUALIFICAÇÃO DE BANDA ESTREITA E DE BAIXA ESCOLARIDADE (Agricultores e trabalhadores da agricultura, operários, operadores de máquinas e trabalhadores não qualificados)	2.767,0	2.567,5	2.679,0	-199,5	+ 111,5
TOTAL	5.066,0	5.095,4	5.152,9	+ 29,4	+ 57,5

FONTE. Estatísticas do Emprego - 4º Trimestres de 2002 e 2007 – INE

Entre o 4º Trimestre de 2001 e o 4º Trimestre de 2004, os empregos que exigem “Qualificação e escolaridade elevada”, que inclui os “quadros superiores”, os “especialistas das profissões intelectuais e científicas” e os “técnicos e profissionais de nível de intermédio”, aumentaram em 226,7 mil, enquanto nos três anos seguintes, ou seja, no período 4ºTrimestre 2004 a 4º Trimestre de 2007, os empregos de profissões que exigem maior escolaridade e qualificação diminuíram em 96,6 mil, sendo fundamentalmente atingidos os quadros superiores. Em relação ao emprego de escolaridade média e mais baixa verificou-se precisamente o contrário, como revelam os dados do quadro anterior

Esta maior destruição do que criação de empregos que exigem maior escolaridade e qualificação que se está a verificar em Portugal há três anos a esta parte, associada à distorção que se verifica a nível de saídas das Universidades portuguesas determinou que o desemprego de licenciados tenha disparado como mostram os dados do quadro seguinte.

QUADRO VI – Variação do desemprego em Portugal por níveis de ensino no período

4º Trimestre de 2004 a 4º Trimestre de 2007

ESCOLARIDADE	4ºTrimestre	1ºTrimestre	4ºTrimestre	VARIAÇÃO	
	2004	2005	2007	4T2007- 4T2004	4T2007- 1T2005

Até ao básico	292.200	313.200	306.800,0	5,0%	-2,0%
Secundário	55.000	59.300	67.100,0	22,0%	13,2%
Superior	42.600	40.100	65.600,0	54,0%	63,6%
TOTAL	389.800	412.600,0	439.500,0	12,8%	6,5%

FONTE: Estatísticas de Emprego 4ºTrim2004, 1ºTrim. 2005 e 4º Trimestre 2007-INE

Entre o 1º Trimestre de 2005, data em que o governo de Sócrates tomou posse, e o 4º Trimestre de 2007, o desemprego total aumentou 6,5%, mas o desemprego de licenciados cresceu 63,6%. Mesmo se compararmos o 4º Trimestre de 2004 com o 4º Trimestre de 2007, por ser tecnicamente mais correcto comparar trimestres homólogos, conclui-se que desemprego total cresceu 12,8%, enquanto o desemprego de licenciados aumentou 54%, , ou seja, quatro vezes mais.

A livre actuação do mercado, de que são exemplos as universidades privadas (em 2004, os licenciados saídos das universidade privadas representaram 29,5% do total de licenciados, mas na área das Ciências da Educação corresponderam a 34,6%; na de sociologia e psicologia a 40,7%; na de jornalismo a 38,8%; na de direito a 46,2%; na das ciências sociais a 67,3%, etc.; são as conhecidas “universidades do lápis e papel” mais interessados em obter lucros, por isso escolhem cursos com menores investimentos); repetindo, a actuação do mercado mesmo nesta área e a ausência total de planeamento que se verifica na área da educação em Portugal está a ter consequências nefastas para o País e para as famílias.

*Título da responsabilidade de odiario.info

** Economista